

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Celiana Ana dos Santos
Thayná Virgínia da Silva

**INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: o que as pesquisas apontam?**

MATRIZ DE CAMARAGIBE– AL

2021

Celiana Ana dos Santos
Thayná Virgínia da Silva

**INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: o que as pesquisas apontam?**

Trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia
Licenciatura EAD, Núcleo de Educação a
Distância, do Centro de Educação, da
Universidade Federal de Alagoas como
requisito parcial para avaliação do Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC)

Orientadora: Elisangela Leal de Oliveira
Mercado.

MATRIZ DE CAMARAGIBE– AL

2021

INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o que as pesquisas apontam?

Celiana Ana dos Santos

Thayná Virgínia da Silva

RESUMO

O processo de Inclusão Escolar na Educação Infantil tem sido incorporado ao ensino básico a mais de uma década e vem se apresentado como um grande desafio aos sistemas educacionais. Este trabalho refletiu sobre o cenário das pesquisas que retratam do processo de inclusão escolar na Educação Infantil nos últimos anos. A sua metodologia é fruto de uma pesquisa bibliométrica, de natureza quantitativa, realizada em dois periódicos nacionais, na Revista Brasileira de Educação Especial e na Revista de Educação Especial em meio ao período de recorte de 2015 a 2021. Para a concretização deste artigo, foi necessário realizar uma busca ampla envolvendo questões de revisão literárias sobre as especificidades, que possibilitou chegar aos resultados que foram detalhados no decorrer do trabalho. Como: a) região geográfica; b) tipos de pesquisa; c) etapa da educação infantil; d) sujeitos da pesquisa; e) marcadores sociais: diversidade, raça e indicadores socioeconômicos; f) tipos de deficiência; g) produtos, recursos, metodologias, estratégias; h) profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Inclusão Escolar. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

O processo de Inclusão Escolar na Educação Infantil tem sido incorporado ao ensino básico a mais de uma década e tem se apresentado como um grande desafio aos sistemas educacionais.

De acordo com o artigo 29 da Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, ressalta que a definição das creches e pré-escolas como primeira etapa da educação básica assume como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5(cinco) anos, contemplando os aspectos físico, emocional, psicológico, intelectual e social.

Além disso, a inclusão escolar auxilia na construção de uma nova cultura, baseada na pedagogia das relações e das diferenças. A interação é fundamental para a convivência entre crianças e profissionais, o que gera o desenvolvimento saudável, além de experiências marcantes na vida de ambas as partes. Orientando sobre atividade e jogos, que fortaleça a autonomia, valorize as potencialidades, ampliem o aprendizado, assegure a acessibilidade.

Com o aumento de matrículas nas creches e pré-escola e a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, bebês e crianças com deficiências precisam ser incluídos nesta etapa de ensino.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa

etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008, p. 16).

A discussão em torno da inclusão escolar em creches e pré-escolas, com o avançado no âmbito legal, tem gerado importantes discussões com a necessidade de repensar a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua finalidade e natureza pedagógica-educacional. Enquanto modalidade de ensino a Educação Especial é fundamental para a constituição, a construção dos conhecimentos e as culturas. A oferta do AEE é concebida como um direito constitucional, o qual assegura os bebês e as crianças com deficiência o acesso ao currículo comum, à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

Pesquisas relacionadas a essa temática ainda são incipientes, apesar do crescimento ao longo dos últimos anos. Os artigos que embasam o paradigma da inclusão escolar de bebês e crianças com deficiência de uma maneira detalhada, ajudariam a compreender um pouco mais a Educação Inclusiva em meio as abordagens teóricas e metodológicas adotadas e o lugar do AEE em creches e pré-escolas.

Fato que suscitou o seguinte questionamento foi: como é analisada a Educação Especial e Inclusão Escolar na Educação Infantil, quais abordagens teóricas e metodológicas estão descritas nos artigos que tratam do processo de inclusão de bebês e crianças até 5 (cinco) anos?

Essa problemática é uma junção do nosso interesse em realizar esta pesquisa, durante o estágio supervisionado vimos crescer o número de matrícula de crianças com deficiências e TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) nas séries iniciais do ensino fundamental. E nos questionávamos quantas tinham ingressado na escola pela primeira vez. Percebemos o quando este novo ambiente era desconhecido e, muitas vezes, hostil para estas crianças, repleto de medos, inseguranças e preconceitos.

Em meio à análise de produções bibliográficas dos últimos 5 (cinco) anos, entraves descritos no processo de inclusão escolar de bebês e crianças com deficiências na Educação Infantil, mostram concepções e situações que fogem de uma realidade divergente. No geral, a literatura científica já tem estudos consolidados, como a publicação de Silva e Zaniolo (2016), que reconhecem a importância e a singularidade das pesquisas com bebês. Entretanto na área da Educação Especial, as pesquisas realizadas com este público na Educação infantil são de

crianças a partir dos 2 (dois) anos. O descompasso entre estas pesquisas apontam temáticas e questões que ainda necessitam serem exploradas e registradas.

Este estudo visa compreender como as pesquisas têm descrito o processo de inclusão escolar na Educação Infantil, investigando quais as abordagens teóricas e metodológicas estão descritas nos artigos que tratam do tema. Tem como objetivos específicos: selecionar os artigos relacionados ao tema, no período de recorte; com maior referência na área de Educação Especial; organizando de forma bibliométrica os dados coletados; analisando os dados, mensurando as abordagens teóricas e metodológicas descritas nos artigos selecionados. Envolvendo os aspectos descritos como indicadores de entraves à inclusão escolar de crianças com deficiências na Educação Infantil.

Para a concretização deste artigo, foi necessário adotar uma pesquisa de natureza quantitativa, com a abordagem de estudo bibliométrico, a partir de uma busca ampla envolvendo questões de revisão literária. Consiste em demonstrar os caminhos da pesquisa nas áreas da Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil, pensando em como profissionais da educação, pesquisadores e comunidade acadêmica podem vir a ampliar suas pesquisas e as fundamentações teóricas e metodológicas, bem como fortalecendo a participação e prognatismo de bebês e crianças com deficiências na sociedade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Inclusão Escolar deve começar em creches e pré-escolas, desenvolvendo conhecimento, disponibilizando oportunidades iguais para todos e estratégias para cada um, de modo que bebês e crianças com deficiências, TGD e altas habilidade/superdotação possam desenvolver seu potencial. A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, passa a ser considerada como direito social de bebês e crianças, dever do Estado compartilhado com a família após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.396/1996.

A Educação Infantil é a fase mais importante para estimular o desenvolvimento e aprendizagem de bebês e crianças, possibilita a compreensão das culturas infantis, do cuidar, do educar, das interações brincadeira e do protagonismo e da participação social e individual. Com a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) o Ministro da Educação na época, Paulo Renato Souza, destacou o fato de que em todo o mundo durante muito tempo o diferente sempre foi colocado à margem da educação:

[...] o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada

com relação à organização e provisão de serviços educacionais (BRASIL, 2001, p. 5).

Ressalta-se que a Educação Especial pensada essencialmente para estudantes com deficiência deveria se adequar a realidade das escolas comuns, assumindo conjuntamente o dever de cumprir seu papel pedagógico, com estratégias que permitem a inclusão de forma mais autônoma, atendendo as necessidades e especificidades de cada criança e estudante.

Meletti (2007, p. 3) alerta para a compreensão de um olhar crítico em relação:

A institucionalização das pessoas com deficiência mental no país, em hospitais psiquiátricos, presídios, asilos, instituições especiais, classes especiais, faz com que a instituição crie modos próprios de existir – modos especiais de vida e não modos amplos de vida – com ‘muros’ muito bem delimitados, fazendo com que tudo na vida dessas pessoas dependa da instituição especial para acontecer. Os próprios profissionais também sofrem influência porque a própria identidade profissional é dada pela identidade da instituição. Isto implica o risco de se perder o individual de cada um e a tomada do institucional para essa identidade (MELETTI, 2007, p. 3).

Compreende a necessidades de informações e de capacitações das instituições, para acolher e desenvolver o conhecimento para estas crianças, sem colocá-las em muros limitados. Com isso, a inclusão neste modo é mais perversa e mais violenta.

Ao estudarmos os primórdios da Educação Especial no Brasil, há um silenciamento de bebês e crianças com deficiências seja no âmbito das instituições especializadas ou das instituições educacionais. O avanço da integração escolar não atingiu a este público como nos mostra Bueno (1993, p. 8):

A integração tinha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida que centrava toda sua argumentação na perspectiva de detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem (BUENO, 1993, p. 8).

O paradigma adotado era restrito ao ensino escolarizado a partir das primeiras letras. Creches pertenciam a Assistência Social e pré-escolas, ainda que fossem responsabilidade da Educação, pesquisas e estudos da época não tratavam das crianças com deficiência. Antigamente, crianças com deficiências eram responsabilidade da saúde e das famílias, só podendo adentrarem nas instituições de ensino as que “as condições pessoais permitissem”, ou seja, soubessem falar, interagir e executar as atividades sociais, comparada com outras crianças ditas “normais”.

A luta por uma educação inclusiva desde a infância ganha força com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia

de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Na faixa etária dos anos iniciais, há uma grande preocupação com as dificuldades a serem enfrentadas pelos sistemas de ensino, seja com a formação dos profissionais da educação ou a contratação de outros profissionais de apoio à inclusão. A oferta de um AEE em creches e pré-escolas evidencia a necessidade de se repensar a dinâmica e o funcionamento deste em uma instituição que tem por natureza ser inclusiva. A Educação Infantil tem como ação central no debate da sociedade contemporânea e no cumprimento do seu papel social assegurar a participação, o respeito à diversidade e a superação da lógica da exclusão. Mantoan (2004, p. 45) esclarece que uma educação inclusiva:

[...] é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja redefinida a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação.

Camargo e Bosa (2012) defendem a importância das interações com pares para o desenvolvimento da competência social de todas as crianças. Por sua vez, Mattos e Nuernberg (2011) destacam o papel das trocas sociais e comunicativas estabelecidas entre as crianças e ressaltam a importância da vivência de valorização da diversidade, de modo a superarem as barreiras atitudinais e comunicacionais. Tais visões que incorporam com a perspectiva identitária da Educação Infantil.

[...] Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 13).

As experiências vivenciadas na Educação Infantil auxiliam no desenvolvimento das crianças, envolvendo as interações e as brincadeiras que faz parte do desenvolvimento da identidade, ajudando a beneficiar a inclusão de crianças com deficiências, como defendem Primo e Motta Junior (2012, p. 27): “é preciso que os brinquedos e jogos sejam adequados ao uso das crianças com necessidades educacionais, a fim de torná-los acessíveis e prazerosos atendendo as suas limitações e proporcionando avanços cognitivos”.

A nosso ver em relação às fundamentações dos artigos encontrados, a criatividade do docente em sala de aula, estimula a comunicação de experiências lúdicas, que possibilita às crianças com deficiências a apropriação de conhecimentos básicos e necessários à aprendizagem, envolvendo os jogos e brincadeiras. Auxiliando na construção da cultura no

desenvolvimento cognitivo, social, emocional, sensorial, motor e físico, bem como na compreensão do mundo e da sociedade.

Dessa forma, a defesa pela inclusão escolar desde as creches, incentiva a prática de estudos que buscam entender a complexidade e a multiplicidades das infâncias, retirando bebês e crianças com deficiências da invisibilidade e do apagamento das pesquisas na área da infância.

MÉTODO

1 Metodologia

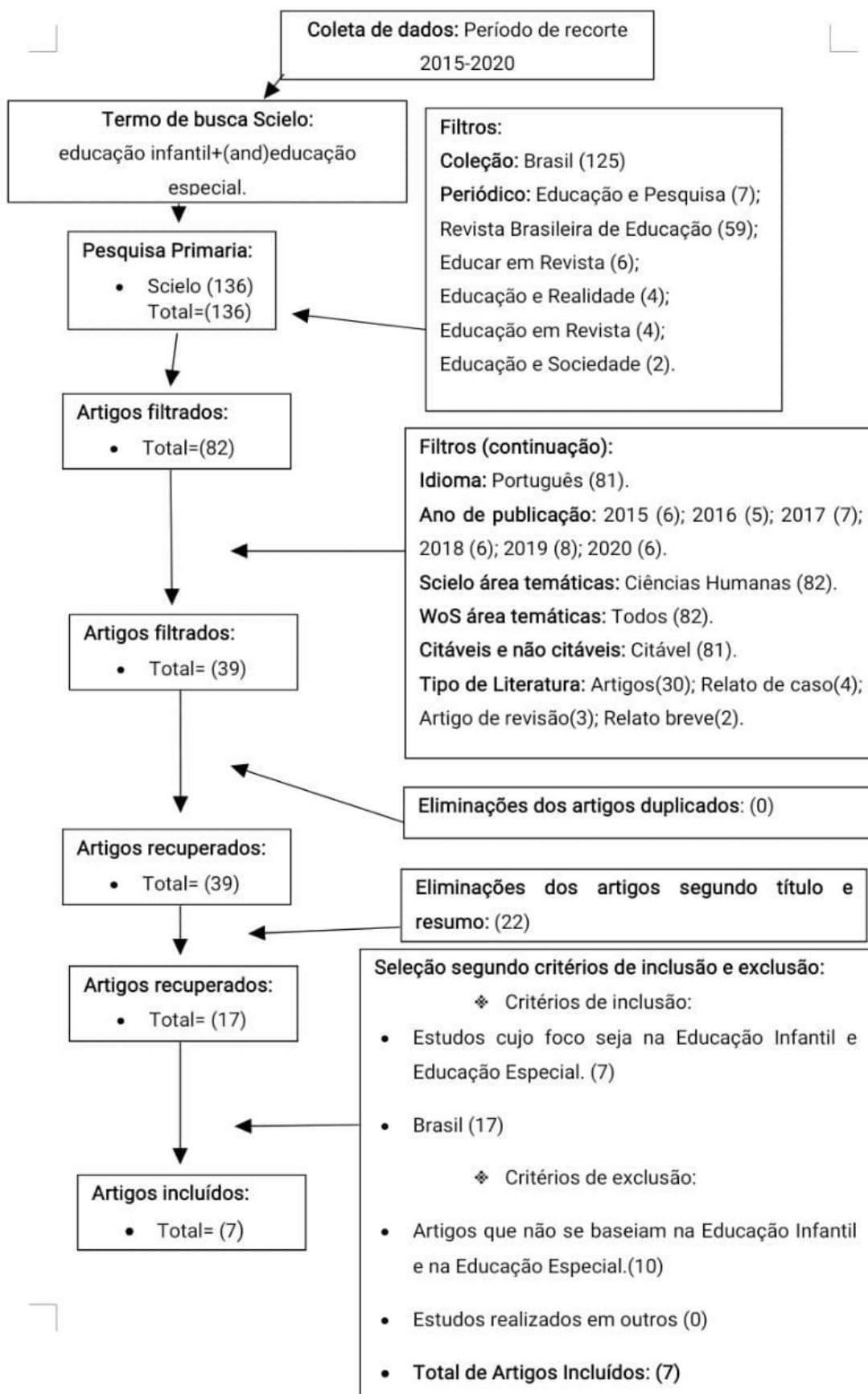
O presente trabalho é fruto de uma pesquisa bibliométrica, de natureza quantitativa, realizada em dois periódicos nacionais, considerados como referências na área da Educação Especial. Tomou como objeto de análise os artigos publicados no período de 2015 a 2020 na Revista Brasileira de Educação Especial e Revista de Educação Especial. A escolha por estes dois periódicos deu-se pelo papel que assumem como expoente de pesquisas e referência na área da Educação Especial, e estão no escopo dos periódicos.

A pesquisa foi realizada no banco de dados da Scielo, considerando como descritores os termos: educação infantil+(and) educação especial. O método da pesquisa bibliométrica foi detalhado no organograma, em ficha e no mapa conceitual para mostra as etapas realizadas concretizando o estudo.

Na pesquisa primária, 136 artigos encontrados, que foram filtrados por: coleção, periódico, idioma, ano de publicação, Scielo área temáticas, WoS área temáticas, citáveis e não citáveis, e seleção segundo critérios de inclusão e exclusão: cujo arquivo fosse baseado na Educação Infantil e Educação Especial.

2 Fluxograma

Figura 1: Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa bibliométrica.



Fonte: as autoras (2021).

3 Publicações

Após pesquisa realizada nos bancos de dados do Scielo, com a aplicação de filtros de busca, foram encontrados 136 arquivos. Na etapa seguinte, finalizou-se a pesquisa com apenas 7 arquivos incluído, a filtragem dos arquivos para serem incluídos, foram colocados em fichas detalhadas por categorias entrevistas e arquivo de ensaio, tendo o entendimento amplo de cada um. Contendo em cada um o título, autores, ano, tipo, fonte, área, palavra-chave, revista, resumo, metodologia (sujeito de pesquisa, coleta de dados e análise dos dados) e resultado copiamos os artigos selecionados para estudo na Tabela 1.

Tabela 1: Publicações sobre a educação infantil e educação especial (2015-2020).

Nº	Título	Autor/ Ano de Publicação	Natureza	Revista	Estado
1	Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para Alunos com Síndrome de Down: O enfoque no desenvolvimento motor.	ANUNCIAÇÃO; COSTA; DENARI. 2015	Relato de Pesquisa (Entrevista)	Revista Brasileira de Educação Especial.	Marília São Paulo.
2	Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica.	VITTA; SILVA; ZANIOLO. 2016	Ensaio	Revista Brasileira de Educação Especial	Marília São Paulo.
3	Avaliação de Habilidades Matemáticas em crianças com Síndrome de Down e com desenvolvimento típico.	COSTAS; PICHARILLO; ELIAS. 2017	Artigo	Ciência & Educação (Bauru)	Bauru São Paulo.
4	Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças.	AGRIPINO- RAMOS; LEMOS; SALOMÃO. 2017	Relato de Pesquisa (Entrevista)	Revista Brasileira de Educação Especial.	Bauru São Paulo.
5	Avaliação e Inclusão na Pré-Escola: Experiências e Concepções de Professoras sobre a Utilização de um Sistema de Acompanhamento das Crianças.	SILVA; PORTUGAL. 2019	Relato de Pesquisa (Entrevista)	Revista Brasileira de Educação Especial.	Bauru São Paulo.
6	Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista.	MONTEIRO; <i>et al.</i> 2020	Relato de Pesquisa (Entrevista)	Revista Brasileira de Educação Especial.	Marília São Paulo.
7	Implementação do Pecs Associado ao Point-Of-ViewVideo Modeling na Educação Infantil para Crianças com Autismo.	RODRIGUES; ALMEIDA. 2020	Relato de Pesquisa (Entrevista)	Revista Brasileira de Educação Especial.	São Paulo São Paulo.

Fonte: as autoras (2021).

A análise das publicações ocorreu nos meses de dezembro de 2020 a janeiro de 2021 e considerou: região geográfica, tipos de pesquisa, etapa da educação infantil, sujeitos da pesquisa e entre outros.

RESULTADOS

A análise dos dados coletados realizado na base de dados Scielo, evidencia que os arquivos em sua maioria são relato de pesquisas que envolvem a entrevistas com as crianças e os pais enfatizando a Educação Infantil e a Educação Especial.

Considerando os critérios de: a) região geográfica; b) tipos de pesquisa; c) etapa da educação infantil; d) sujeitos da pesquisa; e) marcadores sociais: diversidade, raça e indicadores socioeconômicos; f) tipos de deficiência; g) produtos, recursos, metodologias, estratégias; h) profissionais da educação, abaixo foi realizada uma análise sobre os critérios listados, a saber:

a) Região Geográfica

No total de 7 (sete) arquivos selecionados, verifica-se que a maior produção (n=5) consiste em relato de pesquisas, publicada pela mesma revista (Revista Brasileira de Educação Especial), os outros dois são arquivo de ensaio. Cabe pontuar que todos os estudos que compõem o estudo foram elaborados em municípios do estado de São Paulo, região Sudeste (Gráfico 1).

Gráfico 1: Região onde os arquivos foram publicados



Fonte: as autoras (2021)

O alto número de publicações na região Sudeste está relacionado à concentração de cursos de graduação e pós-graduação na área de Educação Especial nessas regiões. Este dado demonstra que a territorialização das publicações no estado de São Paulo.

Diante dessas características observamos a ausência de estudos em outras regiões, que apresentaram nenhuma publicação nos periódicos selecionados no decorrer deste período

analisado. Agregamos a esta análise a concentração e curso de pós-graduação e graduação na área, bem como o investimento em alguns municípios no aumento de matriculados de crianças com deficiências em suas redes de ensino, favorecendo assim um maior número de oportunidades de campos para as pesquisas acolhidas pelas universidades da região. E uma carência para as demais.

b) Tipos de pesquisa

Foi observado que ao realizar a pesquisa em relação à temática, nos 7 (sete) arquivos definidos, que falam sobre a educação inclusiva, apresentados por meio de relatos de pesquisa, ensaio e arquivo, utilizando de entrevistas semiestruturadas, estudo de caso, avaliação escalar, teste, que entre profissionais da educação e as crianças nas instituições infantis, como instrumentos eficazes para obter dados representativos e significativos (Tabela 2).

Tabela 2: Instrumentos utilizados.

Instrumento de Pesquisa	Artigo
Entrevistas com profissionais da educação	01
Entrevistas com crianças	01
Coleta de dados em etapas	01
Avaliação	02
Sessões de intervenção	02

Fonte: as autoras (2021).

As pesquisas são voltadas para entendimento do contexto escolar, apontando as possibilidades da educação especial na educação infantil, em busca de um avanço da educação inclusiva. A escolha por metodologias de pesquisa de campo consistiu, em sua maioria, em estudos realizados nas próprias instituições. As entrevistas com profissionais e crianças obtiveram o intuito de identificar o desenvolvimento da inclusão na educação infantil das instituições. Envolvendo em entrevistas semiestruturadas em uma organização flexível, detalhando cada etapa fundamental para a realização dos artigos.

A coleta de dados em etapas mostra os procedimentos realizados em pré-teste, intervenção e pós-teste com o método de estudo de caso para analisar o fenômeno em seu contexto real. A avaliação que foi utilizada para apontar os resultados importantes dos arquivos ofereceu um conjunto de ferramentas para identificar os padrões de processamento. As sessões de intervenção foram introduzidas para observar as variáveis dependências das habilidades de comunicação dos participantes, para avaliar as mudanças que foram realizadas e a sua aplicação para comparar qual intervenção seria mais eficaz.

c) **Etapa da Educação Infantil**

De acordo com os arquivos encontrados, a Educação Infantil é a base mais importante para o desenvolvimento intelectual, pois tem o intento de realizar um processo de formação educativa com a finalidade de que essas crianças se tornem pessoas críticas e autônomas, conforme pontua Vitta, Silva e Zaniolo (2020, p 5):

Destaca a necessidade social da escola ou da educação como um processo de socialização da cultura, possibilitando o desenvolvimento dos sujeitos das aprendizagens. Salienta a obrigatoriedade da matrícula da criança na rede educacional a partir dos quatro anos de idade e a necessidade de garantia de permanência na escola para essa criança.

Para entender melhor, segundo Vitta, Silva Zaniolo, as Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Infantil é um documento que discute conceitos gerais sobre a função da Educação Infantil, sobre creches e pré-escolas uma conceituação, na qual destaca o caráter singular do ser criança, com suas individualidades e diferenças, que devem ser respeitadas pela instituição de Educação Infantil e por seus profissionais. Com o foco principal nas crianças em meio as suas individualidades e diferenças.

Uma escola inclusiva talvez permita compreende o outro e quebre barreiras, abrindo espaços para todas as crianças igualmente, onde o centro da aprendizagem é a criança. Envolvendo os princípios básicos da Educação Infantil, ao respeito pela diversidade e pluralismo de realidades presentes na vida das crianças, que devem ser considerados na construção de aprendizagens valiosas.

Embora muitos aspectos perpassem esse debate, indo além dos objetivos deste estudo, concorda-se com Monção (2017) sobre a relevância de aprofundar as discussões a respeito da Educação Infantil, a partir de temáticas como afeto, cuidado, sentimentos e emoções, reconhecendo o papel das instituições de Educação Infantil no desenvolvimento. Mas a Educação Especial é muito discutida nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, ressaltando que a Educação Especial e no oferecimento de AEE em horário alternativo para que a educação inclusiva seja realmente possível, de acordo com (Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009). Ao ler este documento percebesse que é possível adequar a maioria de seu texto para toda a educação básica, inclusive para a Educação Infantil. Por entanto, a uma particularidade que se detalha, tratando-se da creche, que atribuem significados especiais quando se lê sobre avaliação, adaptação e aplicação de recursos pedagógicos e de acessibilidade.

A relação amistosa do educador com as crianças traz pontos positivos para a educação. Segundo Rodrigues e Almeida (2020), a relação entre crianças e adultos no contexto de Educação Infantil enfatiza a necessidade de mais investimento na formação dos professores e melhoria das condições objetivas de trabalho.

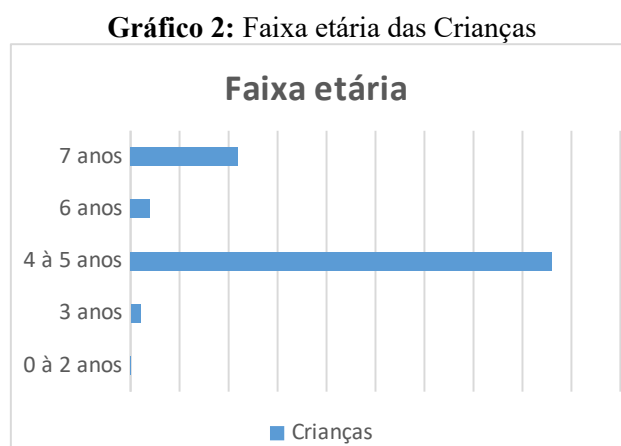
Neste íterim, em uma perspectiva de inclusão escolar a relação criança e professor auxiliam no desempenho das crianças. No artigo de Silva e Portugal (2017), sobre o Sistema de Acompanhamento de Crianças (SAC), enquanto métodos de avaliação de suas práticas educativas relatam que:

As professoras escutaram as opiniões das crianças e perscrutaram os seus interesses e necessidades, mantendo o foco nas suas experiências, procurando introduzir ofertas educativas significativas, com foco na iniciativa e autonomia das crianças nas atividades, com objetivo de favorecer o desenvolvimento infantil e ações inclusivas (SILVA; PORTUGAL, 2017, p. 16).

A relação professor e criança favorecem o autoconhecimento, pois coloca a criança como centro da aprendizagem, tendo como prioridade uma análise previa de suas necessidades e suas perspectivas na educação.

d) Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são as crianças com deficiência e outras que não possuem nenhum tipo, matriculadas em turma de Educação Infantil da rede pública, em um total de 57 crianças. Nas publicações analisadas, os sujeitos da pesquisa compreendem crianças da faixa etária de entre 0 a 7 anos, conforme apresentado no Gráfico 2:



Fonte: as autoras (2021).

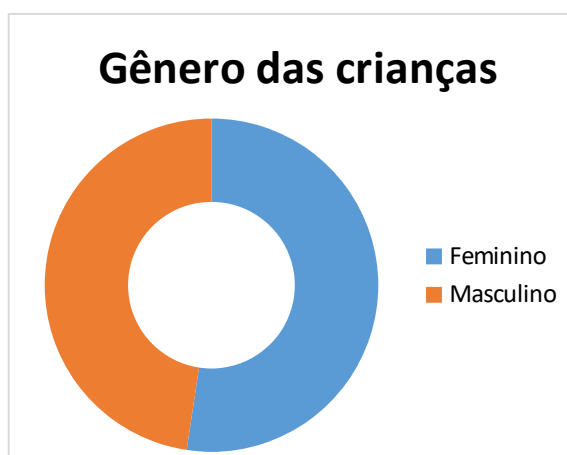
O Gráfico 2 detalha uma faixa etária entre 0 (zero) a 7 (sete) anos, embasando envolvendo entre crianças com deficiências e sem que participaram das pesquisas em cada artigo que foi encontrado, envolvendo a inclusão entre bebês e crianças da rede pública o percentual de pesquisas com crianças de 7 anos é de (19,2%), 6 anos (3,5%), 4 à 5 anos

(75,4%) e 3 anos (1,7%). O maior índice de pesquisas corresponde às idades de 4 (quatro) à 5 (cinco) anos e do universo de pesquisas analisadas duas pesquisas tiveram como sujeito os professores.

e) Marcadores sociais: diversidade e indicadores socioeconômicos

A diversidade é importante para que as crianças convivam com as diferenças, com o outro, desde a infância. Do total de crianças, 22 eram do sexo feminino e 20 do sexo masculino (Gráfico 3).

Gráfico 3: Gênero das crianças



Fonte: as autoras (2021).

Além do gênero, os artigos analisados não detalham nada sobre os pais delas, nem os rendimentos das famílias, escolaridades dos pais, cor e raça, apenas que estas crianças são de escolas públicas municipais. Silenciando estas e outras questões como, a desigualdade e as condições de trabalho nas instituições de Educação Infantil com a inclusão, considerando o debate entre o quantitativo de crianças e os profissionais existentes, sua formação e a valorização profissional.

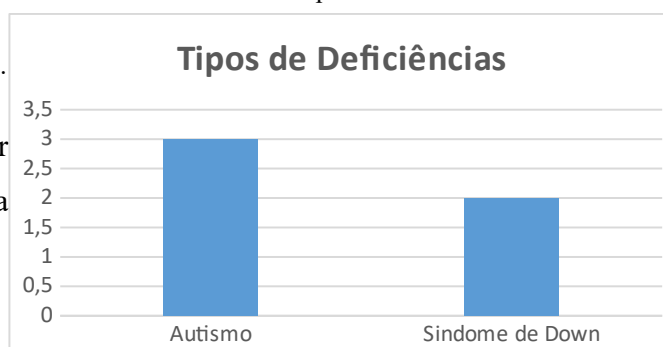
f) Tipos de deficiência

São abordados nos estudos crianças com dois tipos de deficiências (Autismo e Síndrome de Down), conforme se observa no Gráfico 4:

Gráfico 4: Tipos de deficiência

Fonte: as autoras (2021).

Ao analisar as publicações, identificamos a prevalência de



as publicações, a prevalência de

estudos envolvendo o autismo e com foco na Educação Especial e Educação Inclusiva. Entre a Síndrome de Down (SD), identificamos apenas dois artigos que atenderam aos critérios colocados na metodologia desta pesquisa. Pode se observa que as crianças com TGD e SD, em meio a um ambiente escolar não fazem parte das atividades pedagógicas. A prevalência de algumas dificuldades das instituições em recebê-los e a complexidade do autismo necessita de um trabalho comprometido de toda a comunidade escolar envolvidos com a educação, buscando meio de mudar este quadro. Entre problemas que ocasionem confusão em torno de diagnósticos mal e não elaborados, como autodiagnostica sem uma avaliação de um grupo de profissionais capacitados certo, pode prejudicaras crianças em diversos fatores, principalmente um atraso nas habilidades que parecem comprometidas.

Diante das dificuldades a importância da inclusão é essencial que as salas de aulas estejam adequadas de forma receptível para a acomodação das crianças, as atividades bem elaboradas de acordo com a necessidade de cada uma. Entre os outros, a aceitação pelos colegas, envolvendo a importância do processo das atividades lúdicas que auxiliam nas práticas inclusivas.

Segundo Anunciação, Costa e Denari (2015) destacam o quanto a inclusão é o principal fator para a interação desta criança ao grupo, com uma participação ativa do docente em meio às ações realizadas com ludicidade, embasando em uma aprendizagem que tenha um grande significado para o desenvolvimento de cada criança.

g) Produtos, recursos, metodologias, estratégias

Analisando os sete artigos encontrados, identificamos repetições de palavras envolvendo os descritores, que foram colocadas na Figura 2:

Figura 2: Nuvem de Palavras-chave



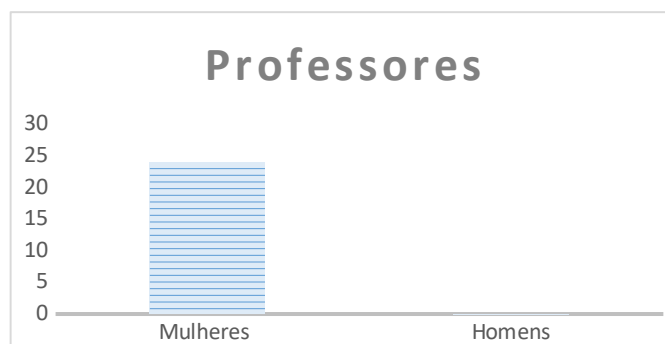
Fonte: as autoras (2021).

Entre as publicações abordadas identificamos uma grande ênfase na Educação Inclusiva, focando a importância desta educação em um ambiente escolar, favorecendo para o cotidiano destas crianças e no processo de aprendizagem. A Inclusão Escolar aparece de forma secundária, com a mesma relevância da educação especial e da educação infantil sendo categorizada como termo de busca, que envolve a temática principal.

h) Profissionais da Educação.

Em 4 (quatro) publicações, os participantes foram professores de escolas municipais públicas, entre 5 (cinco) a 19 (dezenove) professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental. 5 (cinco) dos artigos analisados não mencionam a quantidade específica de professores da etapa de ensino pesquisada. Cabe destacar que o gênero de todos os professores foi do sexo feminino conforme aponta o Gráfico 5:

Gráfico 5: Gênero dos professores



Fonte: as autoras (2021).

Nas 4 (quatro) pesquisas analisadas foi destacado, a falta de ajudante ou auxiliares em sala de aula. Segundo Silva e Portugal (2019), ressalta uma parte da entrevista entre duas participantes (Professoras) que fala a seguir: “[...] eu acho que é muito bom, mas é bastante trabalhoso para o professor nessas condições que nós temos, que já falei, falta de estrutura, as vezes falta de apoio, uma ajudante constante na classe seria muito boa”.

Vemos o quanto é fundamental um ajudante em sala de aula, mostrando a relevância do Sistema de Acompanhamento de Crianças na prática profissional, envolvendo aspectos fundamentais como: à análise do Bem-Estar Emocional e da Implicação de cada criança e do grupo, identificando as que precisam de atenção e de avaliação individualizadas. Ouvindo as crianças e a importância da sua iniciativa e autonomia nas atividades. A construção de um sistema educacional inclusivo começando pela Educação Infantil pode ser uma ferramenta importante para auxiliar as professoras nos processos de inclusão. Mas a instituição deve prever uma formação de professores que capacitem para entender e enxergar a inclusão em sala de aula.

Consideramos já ser um grande avanço o olhar para desenvolver pesquisas na primeira etapa da Educação Básica, ainda que precisem de mais estudos entre os métodos e estratégias de ensino a serem desenvolvidas, respeitando os interesses, as necessidades e as especificidades das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial na Educação Infantil, ainda é um assunto um pouco publicado principalmente quando se trata de investigá-la na perspectiva inclusiva. O cenário das pesquisas que retratam do processo de inclusão escolar na Educação Infantil nos últimos anos é um grande campo que carece de pesquisas, mas que já apontam a necessidade de repensarmos o lugar do SAC em creches e pré-escolas, Plano Educacional Individualizado, avaliação, diagnóstico, estimulação precoce, laudo, BNCC e a documentação pedagógica.

Ao realizar essa pesquisa bibliométrica sobre o tema educação especial na educação infantil muitas das nossas inquietações foram respondidas e novos caminhos foram sendo desvelados.

Desenvolvendo um olhar crítico para a Educação Especial, ou seja, é preciso rediscutir o lugar do AEE em creches e pré-escolas, além da ruptura com a visão clínica, assistencialista e escolarizante que resiste nessas duas áreas de conhecimento. Há necessidade de aprofundamento na discussão das condições de trabalho, valorização e formação dos profissionais da educação e de apoio à inclusão, bem como nas temáticas referentes aos

recursos e serviços de acessibilidade, como por exemplo, tecnologia assistiva e comunicação aumentativa alternativa.

Embora tenhamos tido avanços na construção de um sistema educacional inclusivo no Brasil as pesquisas ainda apontam a escassez de investimento para chegarmos a uma educação totalmente inclusiva, capaz de atender as necessidades específicas de cada uma das crianças e incentivar a inclusão das que ainda não tem acesso às creches.

5- REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, C. S.; LEMOS, E. L.; SALOMÃO, N. R. Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru/SP, v.25, n3, p.453-468, Jul.-Set. 2019.

ANUNCIAÇÃO, L. M.; COSTA, M. P.; DENARI, F. E. Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para Alunos com Síndrome de Down: O enfoque no desenvolvimento motor. **Revista Brasileira Educação Especial**. Marília/SP, v. 21, n. 2, p. 229-244, Abr.-Jun. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/MEC, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/MEC, 2009.

BUENO, J. G. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAMARGO S. P.; BOSA, C. A. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Um Estudo de Caso Comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 28 n. 3, p. 315-324, Jul.-Set. 2012.

CAMPOS, R. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.1, p.195-209, 2013.

COSTAS, A. B.; PICHARILLO, A. D.; ELIAS, N. C. Avaliação de Habilidades Matemáticas em crianças com Síndrome de Down e com desenvolvimento típico. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 255-272, 2017.

MANTOAN, M. T. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2004.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, jan./abr. 2011.

MELETTI, S. M. **Diversidade e inclusão**. Aula do Curso II do PDE. Londrina: UEL, set. 2007, p. 27-28.

MONTEIRO, R. C. *et. al.* Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru/SP, v.26, n.4, p.623-638, out.-dez., 2020.

MONÇÃO, M. A. Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 43, n. 1, p. 161-176, jan./maio 2017.

PRIMO, D. R.; MOTTA JUNIOR. A. S. A influência da ludicidade na aquisição da aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais nas séries iniciais. In: CARVALHO, E; CARVALHO, C. S. (org.) **Práticas Pedagógicas: entre teorias e metodologias as necessidades educativas especiais**. Marília. SP: Oficina Universitária; São Paulo/SP: Cultura Acadêmica, 2012, p. 19-42.

RODRIGUES, V.; ALMEIDA, M. A. Implementação do PECS Associado ao Point-Of-ViewVideoModeling na Educação Infantil para Crianças com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru/SP, v. 26, n.3, p.403-420, Jul.-Set., 2020.

SILVA, C. C.; PORTUGAL, G. Avaliação e Inclusão na Pré-Escola: experiências e concepções de professoras sobre a utilização de um sistema de acompanhamento das crianças. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília/SP, v.23, n.3, p.391-408, Jul.-Set., 2017.

VITTA, F. C.; SILVA, C. C.; ZANIOLO, L. O. Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma leitura crítica dos documentos que norteiam a educação básica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília/SP, v. 22, n. 1, p. 9-26, Jan.-Mar., 2016.